

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EDITORIA **NDJ** LTDA.

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA



BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOUTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

APURAÇÃO DO TEXTO ORIGINAL DA LEI GERAL DE ORÇAMENTO (LEI Nº 4.320/64): UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ACURÁCIA DE BASES DE DADOS DE LEGISLAÇÃO FEDERAL (João Alberto de Oliveira Lima).....	1
ALCANCE DO CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EFEITO DE INCIDÊNCIA DE SEUS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS (Leandro Sarai)	13
A SUSTENTABILIDADE COMO CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO ENTRE O ACESSO À MORADIA E O MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL (Daniela D'Ambrosio)	22
A CONSTRUÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE SEUS PRINCÍPIOS (Eneida Bastos Paes).....	27
PODER SANCIONADOR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS (Simone Vieira Cupello).....	37
A ARBITRAGEM E SUA UTILIZAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Luiz Henrique de Castro Pereira)	50
SISTEMA "S" – Assessor sênior – Pagamento de salário sem a respectiva contraprestação laboral – Irregularidade das contas dos ex-presidentes e ex-diretores regionais da entidade – Condenação solidária – Aplicação de multa (Tribunal de Contas da União)	61
PROJETO COMUNIDADE INDÍGENA – Irregularidades na aplicação de recursos – Apuração de responsabilidade dos servidores envolvidos – Subitem de acórdão do TCU – Descumprimento – Aplicação de multa ao presidente da entidade – Determinação da apresentação de resultado conclusivo sobre o cumprimento do subitem no próximo relatório de gestão (Tribunal de Contas da União)	74
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – Aquisição de tomógrafo <i>PET Scan</i> – Doação ao Incor – Pesquisa e avaliação da aplicabilidade futura – Convênio – Alegada exclusão dos pacientes do SUS na realização de exames – Ausência de impedimento legal para o uso por pacientes da rede privada – Inexistência de plano e cronogramas definidos para aferir os resultados da avaliação – Termo de doação que não possui cláusula de encargo para garantir níveis mínimos de utilização em pacientes da rede pública – Recomendações (Tribunal de Contas da União)	78

continua...

JURISPRUDÊNCIA

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO – Reorganização mediante acumulação, desacumulação, extinção e criação de unidades – Provimentos de Conselho Superior da Magistratura de Estado-membro – Indeferimento do pedido de medida liminar há mais de dez anos – Declaração de inconstitucionalidade dos atos normativos que causaria prejuízos ao interesse social e à segurança jurídica – Tese da norma jurídica “ainda constitucional” – Matéria que deverá ser tratada por lei em sentido formal (STF)	87
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA – Servidor público – Emenda à Constituição de Estado-membro – Fixação da idade de 75 anos para jubilação – Afronta aos arts. 24, XII, e 40, § 1º, II, da CF – Plausibilidade jurídica da arguição de inconstitucionalidade – Caracterização do <i>fumus boni juris</i> e do <i>periculum in mora</i> – Medida cautelar deferida com efeito <i>ex tunc</i> (STF)	100
MILITAR – Incapacidade total e permanente – Reforma na mesma graduação com remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato – Previsão no estatuto dos policiais militares do Estado-membro – Vedação à promoção do servidor por ocasião de sua reforma (STJ)	107
DEMISSÃO – Servidor público – Processo administrativo disciplinar – Portaria de instauração – Desnecessidade de descrição minuciosa e individualizada dos fatos imputados – Imprescindibilidade quando do indiciamento – Princípio da hierarquia – Observância pelo presidente do colegiado – Secretário da comissão – Ausência de termo de compromisso – Irrelevância – Presunção da legitimidade e veracidade dos atos – Interceptação telefônica – Prova emprestada do processo penal – Possibilidade – Redistribuição do cargo ocupado pelo funcionário – Advento da Lei nº 11.457/07 – Não ocorrência de alteração da competência da comissão processante – Observância às garantias da ampla defesa e do contraditório – Cerceamento de defesa inexistente (STJ)	112
CALÚNIA – Crime supostamente cometido contra a honra de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – Competência da Justiça Comum – Inexistência de violação a interesse, bem ou serviço da União – Inaplicabilidade da Súmula nº 147 do STJ (STJ)	121
CONCURSO PÚBLICO – Taxa de inscrição – Isenção – Admissibilidade – Candidata comprovadamente desempregada e carente – Previsão de dois critérios distintos para concessão do benefício – Cumulação das hipóteses, indevidamente, pelo edital do certame (TJDFT)	123
CONCURSO PÚBLICO – Perito criminal – Exame psicotécnico – Candidato considerado inapto – Aprovação nas outras fases do certame – Assunção ao cargo por força de antecipação de tutela – Alegada irrecorribilidade e sigilo do resultado do teste psicotécnico – Violação aos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa – Confirmação da nomeação e posse do candidato – Aplicação do princípio da razoabilidade (TRF2ªR)	126

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL